

Por que o Governo não quer mudar

O país entra em seu quarto ano de recessão iniciada em 1980. O panorama atual, se comparado ao do ano passado, revela-se mais sombrio. Os indícios em contrário são ainda tão tênues e tão recentes que não permitem perceber se estamos diante do início de uma recuperação estrutural ou de uma mera oscilação conjuntural.

A deterioração da situação sócio-econômica deveu-se mais a uma decisão política interna do que à conjuntura internacional, a qual, se não melhorou muito, também não piorou nas proporções de nossa crise. A decisão oficial concentrou-se no aspecto financeiro desta crise, na ilusão de que, sanadas as finanças, tenderiam a resolver-se os problemas sociais e os impasses políticos. Desconheceu a interação destes diversos fatores, e, enquanto não resolvia a questão financeira, assistiu ao deteriorar-se acelerado da crise política e das condições sociais.

A opção do governo fixou-se, como primeira prioridade, em aliviar os encargos imediatos da dívida externa, atendendo aos reclamos dos credores e, como segunda prioridade, reduzir as taxas da inflação. As duas prioridades, com suas severas implicações internas, correspondem às exigências do FMI, com respeito ao qual as nossas autoridades financeiras manifestaram uma exemplar docilidade.

Para atender à primeira prioridade, negociou-se o empréstimo de 6,5 bilhões de dólares, que estão sendo liberados parceladamente. Entretanto, o empréstimo foi incorporado ao principal da dívida externa que assim já superou os três dígitos, situando-se em torno dos 103 bilhões de dólares, sujeitos às taxas de juros do mercado financeiro. Sobre esta dívida total, basta que o *prime rate* suba de 0,5% para que nossa dívida aumente de 500 milhões de dólares.

As exigências para a concessão do empréstimo, que não entrou no Brasil, mas atendeu às pressões dos banqueiros, foram extremamente severas para a nação.

Foi necessário gerar superávits mensais da balança comercial, mediante a contração das importações e a orientação da produção para o mercado externo.

Duas conseqüências decorreram destas exigências:

A primeira foi a diminuição da produção para o consumo interno, com a conseqüente elevação dos preços e do custo de vida em geral. Com esta elevação de preços, em pouco mais de um ano, o valor do salário real médio caiu em cerca de 20%. Isso significa que o assalariado perdeu, nesse período, um quinto de seu poder aquisitivo, com a agravante que, em março de 1984, o trabalhador de salário mínimo gasta quase 60% deste salário só em alimentos. O preço dos alimentos subiu, em 1983, de 213,6% contra um aumento de salários de 142,4%, graças aos expurgos do INPC. O feijão, que era o alimento básico da população subiu, no mesmo período, de 552,4%.

Assim, o dilema básico não era e não continua a ser o dilema entre eleições diretas ou indiretas, mas o dilema entre a continuidade de um processo ou o continuísmo de um regime.

A segunda conseqüência, devido mais à redução das importações, foi a desativação do parque industrial. Alguns setores, como a indústria têxtil e a construção civil, já estão com 30% de sua capacidade produtiva ociosa. A indústria pesada de produção de bens de capital caiu drasticamente de mais de 40%.

Os efeitos desta desativação, especialmente no emprego urbano, foram desastrosos, especialmente levando-se em conta que, não existindo no Brasil o seguro desemprego, o salário é a única fonte de subsistência. O desemprego acumulado no setor urbano já atinge 24% da população chamada economicamente ativa. Ele não atinge mais apenas os operários e a mão-de-obra não especializada. Já passa de 40 mil o número de engenheiros sem emprego.

Essas conseqüências contribuem para a expansão de chamada economia submersa constituída pelo mercado informal de trabalho, fora de toda legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Pelo fato mesmo de ser submersa, é difícil medir a extensão dessa economia que faz fronteira com a camelotagem, a contravenção e o crime. Os cálculos do IBGE estimam em 10 milhões os brasileiros nela ocupados, ou cerca de 20% da população economicamente ativa. Esta expansão do mercado informal de trabalho contribui para a manutenção dos baixos níveis de salário e esvazia o poder de barganha dos negociadores sindicais. Todos sabem que para um emprego rejeitado por quem recusa um salário vil, há milhares dispostos a disputá-lo. A prática de aceitar salários abaixo dos fixados por lei ou contratos coletivos se generaliza como meio de sobrevivência.

O resultado mais sinistro de tal situação é a fome, que não pode mais disfarçar-se sob o eufemismo da subnutrição. Numa população que cresceu de quase 10

milhões, nos últimos 5 anos, o consumo da carne e do leite caiu de cerca de 30%. Essa queda afetou mais duramente os que já consumiam pouco, reduzindo a milhares de pessoas à condição de inanição. As maiores vítimas são as crianças e os nascituros que contraem deficiências irreparáveis quando sobrevivem à mortalidade infantil, que em algumas regiões do Nordeste já ultrapassou a porcentagem de 200 por mil. Mas a fome não atinge só as regiões flageladas. Atinge também os grandes centros urbanos, cujas noites são povoadas pelos fantasmas dos mendigos que disputam os restos dos restaurantes.

Fator agravante da redução da produção são as altas taxas de juros que empurram para as concordatas ou falências as pequenas e médias empresas, as maiores geradoras de emprego.

Absorvido pelo atendimento à dívida externa, o governo não teve meios de controlar a dívida pública interna, sem

capita de 1980, e, se a partir de agora a indústria conseguir crescer 6% ao ano a atividade industrial de 1980 só será recuperada em 1993.

A crise política levanta três indagações: em que consiste a crise; como se chegou a ela; quais as saídas para superá-la?

A crise, na sua configuração atual, consiste num brusco desencontro entre o Estado e a nação, desencontro que comporta o risco de comprometer o projeto de fazer deste país uma democracia.

Com avanços e recuos, com declarações enfáticas ou espontâneas seguidas por vezes de desmentidos canhestros houve um esforço por parte do Estado de recuperar a distância que o separava da nação.

Contudo, a nação teve a sensação de que este esforço foi bruscamente interrompido no momento em que o governo se recusou a admitir que partisse da nação a iniciativa do desfecho normal do

crise e haveria de dar ao Presidente eleito o respaldo nacional para enfrentá-la sem humilhações.

Assim, o dilema básico não era e não continua a ser o dilema entre eleições diretas ou indiretas, mas o dilema entre a continuidade de um processo ou o continuísmo de um regime; a continuidade de um processo tendente a acelerar o desfecho de uma democracia, de um estado de direito, e o continuísmo de um regime tendente a se reservar o uso do arbítrio.

Pesquisas tecnicamente bem feitas e, de modo especial, gigantescas manifestações populares explicitaram de modo inequívoco a opção da nação em favor da continuidade e em repúdio ao continuísmo. As manifestações em defesa das diretas-já acabaram por tornar-se um símbolo, o símbolo da urgência de mudanças necessárias à realização das aspirações da nação.

Foi questionada a autenticidade destas manifestações. Interpretá-las tardiamente como resultado de infiltrações de minorias solertes seria admitir ou a total imaturidade do povo brasileiro, o que os fatos contestaram, ou a inoperância de serviços financiados pela nação para informá-la documentadamente sobre a magnitude do perigo que a ameaçava. As dúbias colorações dos comícios não conseguem impor-se à opinião pública como critérios convincentes.

De qualquer forma, o governo não foi ao encontro da nação num momento histórico que tinha grandeza e a razão apresentada foi uma questão de ritmo. A nação desejava acelerar o desfecho da normalização democrática, reciosa da rapidez da deterioração de suas condições de vida; o governo manifestava preocupação com a falta de solidez de soluções consideradas precipitadas.

O desencontro persiste e com ele a crise.

O desemprego acumulado no setor urbano já atinge 24% da população chamada economicamente ativa. Ela não atinge mais apenas os operários e a mão-de-obra especializada.

ENQUANTO isto não acontecia, não percebeu que tomava dimensões de um anseio nacional a desesperada esperança de mudanças imediatas na maneira de administrar a coisa pública, ou, em termos éticos, de promover o bem comum.

A ação do governo desenrolou-se em vários níveis.

A ação do governo desenrolou-se em vários níveis.

O primeiro foi a apresentação do projeto de emenda constitucional, mais abrangente que a emenda Dante de Oliveira. Importa, de passagem, lembrar que, do ponto de vista estritamente jurídico, o Brasil não tem propriamente uma Constituição, mas uma emenda constitucional de 17 de outubro de 1969 baixada pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em segundo lugar, o próprio Presidente da República empenhou-se pessoalmente, contrariando seus hábitos, numa ação persuasiva sobre deputados indecisos.

Mollica



A exposição de motivos, que precede o projeto de emenda constitucional enviado ao Congresso, invoca explicitamente a ideia da necessidade de mudanças. O termo até bem pouco tempo era estranho ao glossário oficial e despertava suspeitas de desestabilizadoras. Uma proposta ainda muito vaga de mudança já é oferecida como ponte sobre a qual se possam encontrar, a meio caminho, negociadores considerados sensatos. O próprio Governo afirma encerrada a fase da administração isolada da nação.

O método para chegar a uma resposta à indagação sobre a superação da crise seria abrir o espectro de todas as alternativas e ponderar a probabilidade de cada uma.

Tal método porém resultaria num exercício de simulações cibernéticas que seria ocioso por falta de informações plausíveis.

Dessa forma, o único método possível é procurar avaliar o sentido da situação criada pela emenda governamental.

A maior parte das propostas da emenda não encontraria resistência por parte das oposições se tivesse sido apresentada alguns meses atrás. A dificuldade hoje reside, porém, no fato que as mudanças desejadas pelas oposições, contando com o apoio dos dissidentes do PDS, referem-se a questões declaradas inegociáveis pelo Governo.

A primeira questão é a do prazo para as eleições diretas previstas na emenda governamental para 1988, depois de uma eleição indireta em 85, pelo mesmo colégio eleitoral, para um mandato de 4 anos com possibilidade de reeleição, dispensada a desincompatibilização. A questão resultará em um leilão de prazos: 88, já; 87, 85 até chegar a 86 como prazo de conciliação por um governo de transição, que dispensaria o colégio eleitoral, mas abriria a disputa do nome do candidato a ser escolhido pelo Congresso.

As resistências a esta saída não viriam só das oposições. Viriam dos presidencialistas mais afoitos para os quais o colégio eleitoral é a última esperança e convictos de que eleitos mesmo para um mandato de 4 anos poderiam contar com 8 anos pela dispensa da desincompatibilização. As resistências viriam também do alto setor empresarial que não se faz ilusões sobre a inoperância de um Governo de transição no tratamento com os credores externos.

A segunda questão disputada pelas oposições e também declarada inegociável pelo Governo refere-se precisamente a este último ponto: a mudança da política econômica que permita a imediata recuperação da recessão. A inegociabilidade desta questão essencial para ir ao encontro das aspirações da nação não será fácil para o Governo preocupado com a dissidência acintosa de um grupo ponderável de seu partido. Mas a negociação não será também fácil para as oposições sem possibilidade de manter a nação: numa permanente vigília cívica. A partir de agora, as grandes concentrações populares de uma nação frustrada, enquanto as negociações dificilmente serão contidas em espaços toleráveis pelo regime.

As duas prioridades, com suas severas implicações internas, correspondem às exigências do FMI, com respeito ao qual as nossas autoridades financeiras manifestaram uma exemplar docilidade.

NA realidade, o projeto de emenda constitucional apresentado sob a alegação de garantir a continuidade do processo transforma-se de fato no instrumento de continuísmo do regime. É a proposta de um novo dispositivo constitucional que, como outros dispositivos, pode fazer abortar qualquer alternativa que não se concilie com os termos considerados inegociáveis pelo regime. Uma negociação autêntica só é possível com a igualdade de condições dos negociadores: a mesma liberdade para todos e o mesmo interesse em descobrir se o outro tem uma ideia menor para superar o impasse. Sem estas condições a negociação resulta numa conciliação pela cooptação de oposicionistas confiáveis para chegar a um pacto entre elites políticas de costas para os anseios da nação. A própria lentidão que exigirá esse processo resultará em uma espécie de laxante federal, para prescrições e purgas de mora das matrizes e filiais da corrupção, com o oportuno arquivamento dos processos, porque ninguém gosta de negociar à boca dos esgotos.

Tudo isto parece pessimismo, mas tudo pode ser recuperado, porque alerta para o fato de que aquilo que está em jogo, fundamentalmente, é a primazia dos direitos sobre os interesses, e a primazia da ética sobre a política. Está em jogo uma crise cultural.

Pe. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA
Professor de Ética Social na PUC-RJ.
O texto é o resumo da intervenção do autor no plenário da última reunião da CNBB em Itaiç.

processo de redemocratização e mobilizou suas forças para que fosse rejeitada a emenda que constituía o símbolo das aspirações nacionais.

Foi uma primeira chance perdida para consagrar definitivamente o desempenho político de um governo tão desgastado pelo desastroso desempenho econômico-social.

Há entretanto o perigo de uma interpretação superficial deste desencontro.

O dilema básico que desarticulou as conexões que se estabeleciam entre o Estado e a nação não foi e não continua a ser o dilema de eleições diretas ou indiretas. Na realidade, a diferença entre o processo eletivo direto ou indireto seria irrelevante se garantida a representatividade legítima dos eleitores. Seria ilusório pensar que as eleições diretas-já resolveriam logo todos os problemas inclusive os que transcendem o âmbito das decisões nacionais. Mas não é esta a questão que está em jogo. O que está em jogo é o anseio pelo exercício de um direito fundamental da cidadania, reconhecido pela Constituição, contra um colégio eleitoral casuístico e sem representatividade. A não oposição àquele anseio ofereceria a todos a oportunidade de uma experiência de sua condição de cidadãos votando na escolha de seu Presidente e haveria de conferir ao povo a disposição de assumir com dignidade, sem turbulências, os sacrificios exigidos para a superação da

O desencontro pode se explicar pelo afastamento de uma das partes. Se, quando um não quer dois não brigam, também quando um não quer dois não se encontram. Mas o desencontro pode também se explicar pelo afastamento de ambas as partes e foi o que aconteceu, porém em momentos distintos.

O Governo mostrou indiferença às críticas contra um mecanismo sucessório montado para garantir o continuísmo.

As oposições então partiram para a mobilização popular, radicalizando suas exigências em torno das diretas-já.

É difícil entretanto explicar só pela intransigência das oposições a imensa ressonância popular do seu apelo. Não foram só as oposições unidas que arrastaram a nação para o desencontro, mas também os erros de avaliação do próprio Governo.

O Governo não avaliava devidamente as dimensões que assumiria o movimento pró-diretas-já. Esperava quando muito manifestações facilmente redutíveis a ajustamentos de badernaes.

O Governo não avaliava devidamente o esgotamento do processo de redemocratização por outorgas. Parecia crer encerrada sua tarefa com a criação do colégio eleitoral. Esperava uma composição interna das tendências e interesses conflitantes em seu próprio partido e a desintegração da frente oposicionista.

Enfim a decretação das medidas de emergência. Elas configuram um modo estranho de manifestar solicitude em defesa da soberania do Congresso, para poupar constrangimento ao Poder da República mais constrangido e mais humilhado em todos esses anos de arbítrios, de salvaguardas e de emergências.

Essa tríplice ação influiu decisivamente na atitude de deputados sem pretensões heróicas.

Chega-se assim a uma situação paradoxal: o projeto do governo, que bloqueou a realização do anseio nacional, oferece agora como saída para o impasse.

Num panorama confuso, aparecem elementos positivos que vão adquirindo consistência.

A sociedade dá sinais de amadurecimento político apesar da crise ou devido a ela. As manifestações populares, que movimentaram alguns milhões de participantes, foram realizadas de forma ordeira. Por outro lado, o Poder que se investe de uma função tutelar, parece esgotar-se em exhibições grotescas de força, sem capacidade de articulação para um novo golpe de Estado.

Contudo, o dado mais importante, que não pode ser subestimado, é a convergência das aspirações de toda a nação, aspirações que o Governo, por seu lado, percebe que não pode mais ignorar.